

DOSSIÊ

Cais do Valongo: Patrimônio Mundial Vol. 1

Novos olhares sobre o Cais do Valongo

Monica Lima

Professora de História da África, do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (PPGEH) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ). Coordena o Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA), no IH-UFRJ, e coordenou a pesquisa na área de História no grupo técnico que redigiu o dossiê do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial.

Foi no Valongo
Que um grito ecoou
Adeus, mãe
A África chorouⁱ

Além do grito e do choro, no Valongo também se ouviram os tambores nos batuques, as vozes recitando os refrões do partido alto, as palmas ritmadas dando cadência à cantoria, o som do berimbau nas rodas de capoeira e a gargalhada insurgente dos que puderam fazer valer a combinação de não morrer. Por todas essas razões, o Cais do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro, é um lugar de memória sensível, de afirmação e de resistência. Reconhecido como Patrimônio Mundial na Assembleia Geral da UNESCO

em nove de julho de 2017, se tornou desde então, e cada vez mais, objeto de estudo a partir de múltiplos olhares, e passou a figurar como um dos marcos fundadores da história da cidade, e como elemento formador da Pequena África carioca. É parte integrante e fundamental de um roteiro turístico-cultural no Rio de Janeiro que reconhece e procura se acercar de suas heranças africanas e da história presença negra na cidade. O Cais do Valongo é também cenário de aulas de campo de Educação Patrimonial para estudantes, sobretudo da Educação Básica, quando escolas e professores se mobilizam para conhecer este sítio arqueológico, o seu entorno, e assim cumprem a legislação que obriga a inserção da cultura e história africana e afro-brasileira nos currículos, produzindo experiências pedagógicas de contato com um espaço e um território que pode ser visitado como um museu a céu aberto.

Este dossiê da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em dois números, traz o resultado de pesquisas, análises e trabalho com fontes documentais sobre a história do Valongo, chegando aos nossos dias, numa perspectiva ampliada em espaço e tempo. Trata-se do Cais do Valongo e seu entorno, que com ele se relaciona e lhe confere significado e profundidade, e que contribui para explicar seu ocultamento durante mais de um século, bem como seu desvelamento em relação a outros processos de emersão e patrimonialização de logradouros ligados à presença negra na região. E, na passagem do tempo, as muitas histórias e personagens que transitaram naquelas ruas, encostas, pedras e praias que circundam a enseada do Valongo.

Nos artigos deste dossiê, se poderá perceber que o Cais também tem histórias escritas em pedra, areia, metal e aquelas criadas por projetos urbanísticos para a região da cidade em que se encontra: a zona portuária. Diferentes tipos de calçamento, argolas de amarração, estátuas, degraus, praças e jardins são vestígios materiais das transformações que sofreu em sua existência – até ser enterrado, em silêncio, deixando, no entanto, sinais

de sua presença na superfície. Os registros escritos há longo tempo identificam o Cais do Valongo, mas nem sempre a existência de fontes é suficiente para que uma história seja conhecida. No entanto, vale lembrar que a tradição oral e popular o preservou na memória, e assim se fez presente na palavra cantada de Djalma Sabiá, verdadeiro griô entre os mais sábios do universo cultural carioca, que o trouxe na letra de um samba-enredo do Salgueiro, em 1976.ⁱⁱ

O Cais do Valongo, como símbolo maior da chegada de pessoas africanas escravizadas trazidas de suas terras de origem nas Américas, entrelaça a história da cidade do Rio de Janeiro com o continente e com o Mundo Atlântico – incluindo, neste caso, o continente europeu, a África e portos da Ásia. E não se tratava apenas de uma porta de entrada para o Rio de Janeiro, mas se articulava pelos caminhos internos com o interior da província, o sudeste, centro-oeste e o sul do Brasil. Ao redor do cais, o infame “mercado de almas” convivia com lojas e oficinas em que se vendia e produzia instrumentos de controle e castigo para os cativos. Ali também os trabalhadores ao ganho – cativos e libertos – ofereciam seus serviços para levar e trazer mercadorias e pessoas, e as quituteiras circulavam com seus tabuleiros. Quando, em 1831, deixou de ser o cais de desembarque de cativos, continuou sendo local de chegada e saída de diversos produtos, quando no século dezenove o café era o principal item na pauta de exportação. Grandes armazéns e casas comerciais se estabeleceram, e a atividade portuária se intensificou. Foi também na região do Valongo que surgiram as primeiras entidades associativas de trabalhadores que, mesmo convivendo com a desumanizadora vivência da escravidão, por experiência direta ou por seus pais e mães, aprenderam a lutar por direito.

O Valongo era território de africanos na cidade e, no pós- abolição, vai se tornando lugar de seus descendentes diretos. A região, com seu ativo porto, oferecia possibilidades de trabalho, e a histórica presença negra fazia com que redes de contato existissem para receber os que ali

chegavam. Havia sempre um lugar de acolhida e, nas proximidades, espaços de encontro, de festa, de culto. Por todas estas e outras razões, ali chegaram levas de negros vindos das regiões cafeeiras da antiga província do Rio de Janeiro, e de Minas Gerais, e da Bahia. Estas ondas migratórias se estendem pelo início do século vinte, e convivem com a chegada de outros migrantes, estes europeus, e majoritariamente pobres, que também aportam em grande número.

A longa história da presença negra no local, e o crescimento dela, fez com que não se limitasse ao entorno do cais, mas se estendesse, em circulação, atividade e moradia, por toda uma região próxima em estreita comunicação. Assim foi sendo constituído um território no qual práticas culturais, linguagens, sociabilidades, se desenvolveram a partir de matrizes africanas - evidentemente transformadas por suas experiências diaspóricas. Esta região que ficou conhecida como Pequena Áfricaⁱⁱⁱ no Rio de Janeiro, inclui a zona portuária e uma parte de área central da cidade que vai do Cais do Valongo até a atual Praça Onze, abarcando também a região do entorno da atual Praça Tiradentes, o Campo de Santana e, numa perspectiva estendida - que faz todo sentido - chega até as encostas do Morro de São Carlos.

O silêncio sobre estas histórias e suas marcas foi também sendo construído pelos diferentes governos, desde o enterramento do cais e do Cemitério de Pretos Novos, até a deliberada alteração do espaço, com obras de remodelamento e alteração dos nomes dos logradouros. Desde o fim da legalidade do tráfico escravagista, com sua primeira lei proibitiva em 1831, outros marcos e marcas foram sendo colocados naquele espaço. E ainda assim, diversos episódios de insurgência, de criação, de apropriação devida de lugares, protagonizadas pela população negra carioca, ali ocorreram. E hoje se reconhece nos relatos, documentos, na memória, a sua viva presença.

O processo de patrimonialização do Cais do Valongo deflagrou o surgimento de muitos trabalhos de pesquisa sobre a região, e outros, que antes já existiam, foram trazidos à luz, para atender ao interesse despertado pelo reconhecimento do primeiro Patrimônio Mundial brasileiro cuja justificativa tem como eixo a presença negro-africana na nossa história.^{iv} E, para além dos aspectos acadêmicos, instituiu-se um Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana como política pública patrimonial municipal, tendo o cais como seu epicentro. Este dossiê da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que ora apresentamos, trata de muitos dos aspectos até aqui brevemente destacados e de seus desdobramentos – tanto para a cidade, como para a vida de seus habitantes. Pesquisas inovadoras, abordagens inéditas e o aprofundamento sobre elementos e personagens desta história, bem como o estudo sobre fontes documentais pouco trabalhadas nos permitem conhecer mais sobre o Valongo e estão presentes nestes números da revista.

Deivid Gaia e Regina Bustamante trazem no seu instigante artigo *A Epopéia dos Golfinhos no Cais do Valongo* novos aspectos sobre a história das obras de remodelamento e transformação do cais após a proibição do desembarque no Brasil de africanos escravizados trazidos de seu continente de origem, a partir de pesquisa sobre as esculturas em bronze de dois golfinhos que compunham o Cais do Valongo por volta da segunda metade do século XIX até o início do XX. Com minuciosa investigação envolvendo diversas fontes de época, e sólida base teórica na abordagem, iluminam a história do cais com seu estudo, passando por uma análise das esculturas remetendo à Antiguidade europeia que são instaladas no local, bem como colocando em discussão a visão que atribui as transformações que alteram significativamente sua aparência do Valongo exclusivamente à chegada em 1843 da futura Imperatriz Teresa Cristina.

José Pessoa e Rosana Najjar, ambos participantes do grupo de trabalho que redigiu o dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial^v, apresentam em seu artigo *O que nos ensinam as pedras do Cais do Valongo* um aprofundamento sobre pesquisa que realizaram, considerando os aspectos materiais visíveis no Sítio Histórico e Arqueológico Cais do Valongo. Neste estudo, agregam elementos que não estão presentes no documento de proposição da candidatura, por razões relacionadas aos limites, finalidades e características da proposta apresentada à Unesco. Embasados em fontes de época, imagens e estudos sobre as pedras do cais, permitem uma compreensão do leitor sobre aspectos da materialidade do monumento que se colocam frente aos olhos dos visitantes. Certamente, quem for visitar o Cais do Valongo depois de ler este artigo, terá a chance de observar este bem patrimonializado com olhos distintos, percebendo e entendendo muito mais do que até agora foi possível.

Luiz Espírito-Santo, em seu texto *Sobre toponímia e o Cais do Valongo: significados e sentidos desse espaço a partir da perspectiva humanística da Geografia* traz o Valongo como espaço vivo, discutindo sobre o olhar daqueles que se relacionam com o lugar. Partindo de conceitos caros à Geografia Humanística, entrelaça ideias-chave e termos gerados nos estudos sobre o cais às representações que o logradouro e seu entorno têm para os que fizeram deste local seu espaço de trabalho, de pesquisa, de referência cultural ou de inspiração para a criação literária, musical e artística. No seu artigo, o Cais do Valongo com sua história torna-se um elemento deflagrador de sentimentos que possibilitam uma melhor compreensão de seu próprio significado para a cidade e para a vida das pessoas. O resultado da análise que faz sobre suas entrevistas permite reconhecer que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, o entendimento atravessado pelo afeto amplia a nitidez do olhar sobre o lugar e tudo o que ele nos pode contar.

A história recente do Cais do Valongo, logo após seu reconhecimento como Patrimônio Mundial, foi marcada por períodos de abandono e descaso. A sobrevivência deste bem como marco identitário da cidade e do país, frente à ausência de políticas públicas que o valorizassem, foi em grande parte possível de ser rearticulada a partir da criação do Círculo do Cais do Valongo. Leonardo Mattos, em seu artigo O Círculo do Cais do Valongo: a retomada da concertação social do Patrimônio Mundial da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, entre 2022 e 2023, traz um relato de experiência, acompanhado de análise, necessário para que se possa compreender este processo. Apresenta em detalhe os caminhos pelos quais, por uma ação deliberada de estímulo de uma instância com compromisso com a luta antirracista na esfera de governo municipal, se constituiu um coletivo em que participavam ativistas, integrantes de diferentes instâncias do poder público, pesquisadores, representantes de instituições do território e lideranças locais para discutir e lutar pela preservação do Cais do Valongo, bem como valorizar a sua região. O texto demonstra como a existência e o reconhecimento da importância hoje de um Comitê Gestor do Cais do Valongo, reconstituído pelo governo federal em março de 2023, se deve a uma história de resistência diretamente relacionada ao Círculo.

A maior parte dos artigos deste dossiê revela que um trabalho criterioso com fontes documentais de época permite que nos aproximemos da vida dos que nos precederam, e do conhecimento sobre as relações entre os sujeitos políticos centrais na história do Cais do Valongo – negras e negros escravizados, libertos e livres - e as políticas que, resultando da luta abolicionista, prepararam o fim da escravidão. Neste sentido, a transcrição dos documentos, constantes do acervo do Arquivo Geral da Cidade, Discurso de apresentação do presidente José Ferreira Nobre (1884), Regulamento para o Livro de Ouro (1884) e Regulamento Substitutivo para o Livro de Ouro (1885), trazida com nota explicativa inicial por Elizeu Santiago, constitui um aporte direcionado à abertura de possibilidades de

novos estudos que utilizem estas fontes como referência. Além disso, estes documentos nos revelam o discurso e as medidas da época que hoje servem para que se conheça e se pense sobre políticas de reparação, uma discussão atualíssima.

Antes do Cais do Valongo ser revelado em sua materialidade, como resultado não previsto das obras que o encontraram em 2011, foi descoberto em 1996 um sítio histórico e arqueológico que apresentou de forma inequívoca a presença de africanos escravizados naquela região e a ignomínia do sistema que estruturou a sociedade brasileira durante séculos – e deixou suas marcas até hoje. Trata-se do Cemitério de Pretos Novos, lugar de memória sensível preservado até hoje pela gestão do Instituto Pretos Novos (IPN) sobre este sítio, fruto da luta incansável da família Guimarães pela dignidade deste espaço. Merced Guimarães, personagem central na história da patrimonialização do Cais do Valongo, liderança entre os agentes culturais da região, é a Presidente do IPN, e Leonardo Mattos realiza com ela uma entrevista memorável. O contato com a trajetória de Merced Guimarães no Valongo e a descoberta “no chão de sua casa” do maior cemitério de africanos escravizados que se tem notícia na diáspora, nos permite perceber a importância da instituição para o local e o entendimento do papel de pessoas como ela na construção da história.

E este é apenas o primeiro número do dossiê; no seguinte número, outras histórias e personagens nos irão conduzir pelos caminhos que cruzam a região do Cais do Valongo e a Pequena África carioca, ao longo de tempos e espaços distintos.

Boa leitura!

NOTAS

ⁱ Trecho da canção Foi no Valongo, de Zilá Lima, Celsinho Silva, Rogério Souza e Jefferson Lescowich, faixa do álbum Cantando Memórias, de Zilá Lima, lançado em 2023. Ver em <https://open.spotify.com/intl-pt/album/0yCOQwzAkxAw1zTATSI5fz>

ii Samba-enredo Valongo, da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Carnaval do Rio de Janeiro de 1976, de autoria de Djalma Sabiá.

iii O termo Pequena África surgiu a partir da fala de Heitor dos Prazeres, sambista e artista plástico negro de muitos talentos, na década de vinte do século passado, que a esta região da cidade se referiu como sendo uma “África em miniatura”.

iv Ver Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf

v José Pessoa é arquiteto e Rosana Najjar, arqueóloga. Este grupo também foi formado pelo antropólogo Milton Guran, que o coordenava, e a historiadora Monica Lima e Souza.